


O BANCO MUNDIAL E O PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ: QUAL O PROJETO DE EDUCAÇÃO?

Dra. Fernanda Cristina Zimmermann Dorne  0000-0001-7736-8629

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Dra. Michelle Fernandes Lima  0000-0003-0896-4747

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, com destaque para os subcomponentes voltados à educação: Avaliação, Formação de Professores e Renova Escola, desenvolvidos entre os anos de 2013 e 2019 (Contrato de Empréstimo nº 8201-BR, no valor de US\$ 713,24 milhões). Argumenta-se que o projeto educacional promovido pelo Banco Mundial reflete a lógica empresarial ultraliberal, e no caso dos projetos para educação, isso se manifesta na intensificação de avaliações, na busca por eficiência e na responsabilização dos profissionais da educação por resultados. A análise foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como referencial teórico e metodológico a perspectiva gramsciana, especialmente a categoria de "intelectual coletivo", para compreender o papel do Banco Mundial como agente produtor e difusor de uma concepção hegemônica de educação. A pesquisa concentrou-se na análise de documentos oficiais, como os Relatórios de Monitoramento do Projeto e Diretrizes das Estratégias de Assistência ao País. Os resultados indicam que a parceria firmada entre o Banco Mundial e os governos do Paraná reforça mecanismos de controle burocráticos e hierárquicos que comprometem a autonomia escolar e interditam a construção de um projeto educacional democrático. Conclui-se que a atuação do Banco Mundial, no contexto analisado, contribui para a consolidação de uma política educacional voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades associadas à lógica de mercado, desconsiderando os princípios da educação como direito social e instrumento de emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná; Educação; Paraná.

THE WORLD BANK AND PARANÁ MULTISECTORAL DEVELOPMENT PROJECT: WHAT IS THE EDUCATION PROJECT?

ABSTRACT: This article aims to analyze the Multisectoral Development Project for the State of Paraná, with emphasis on the education-related subcomponents: Evaluation, Teacher Training, and Renova Escola, developed between 2013 and 2019 (Loan Agreement No. 8201-BR, in the amount of US\$713.24 million). It is argued that the educational project promoted by the World Bank reflects an ultraliberal corporate logic, which, in the context of education, manifests in intensified assessments, a pursuit of efficiency, and the accountability of education professionals for results. The analysis was conducted through a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research, using the Gramscian perspective as a theoretical framework—particularly the concept of the "collective intellectual"—to understand the World Bank's role as a producer and disseminator of a hegemonic conception of education. The research focused on official documents such as Project Monitoring Reports and the Country Assistance Strategy guidelines. The findings indicate that the partnership between the World Bank and the governments of Paraná reinforces bureaucratic and hierarchical mechanisms that undermine school autonomy and hinder the construction of a truly democratic educational project. It is concluded that the World Bank's actions in the analyzed context contribute to consolidating an educational policy oriented toward the development of competencies and skills aligned with market logic, disregarding the principles of education as a social right and a tool for emancipation.

KEYWORDS: Multisectoral Development Project for Paraná; Education; Paraná.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar atuação do Banco Mundial (BM) suas condicionalidades via Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. A submissão do Estado ao BM, não se configura de forma unilateral, mas via acordo que atende às condicionalidades capitalistas e aos interesses de ambas as partes. O Banco Mundial encontrou, no Paraná, muito mais que um solo fértil: encontrou um *laboratório* que aceita e propaga suas orientações.

No estudo realizado por Silva e Pimenta (2024), o BM é retratado como profeta de internacionalização da Educação Básica, devido à influência que exerce na definição das políticas educacionais de diversos países. Os autores argumentam que, sob a justificativa de melhoria da qualidade da educação, esses organismos internacionais promovem reformas que, em essência, buscam alinhar os sistemas educacionais aos interesses do mercado globalizado.

Identificamos que ele é presente no contexto das políticas educacionais brasileiras e no Estado do Paraná. Compreendemos a partir de Silva (2022) que o referido Banco é um indutor de políticas, suas orientações são intimamente relacionadas com a negociação de interesses internos e externos de intervenção e de consentimento.

Do ponto de vista metodológico, realizamos pesquisa documental, com foco na análise de documentos oficiais relacionados ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, como os Relatórios de Monitoramento do Projeto, os documentos do contrato de empréstimo firmado com o Banco Mundial e as Estratégias de Assistência ao País.

Para seleção dos documentos consideramos sua relevância direta para as ações educacionais desenvolvidas entre os anos de 2013 e 2019, com ênfase nos subcomponentes Avaliação, Formação de Professores e Renova Escola. Para a interpretação dos dados, identificamos as principais tendências, categorias e



discursos presentes nas políticas educacionais influenciadas pela atuação do Banco Mundial.

No que se refere ao referencial teórico e metodológico nos amparamos na perspectiva gramsciana, especialmente no conceito de intelectual coletivo, o que possibilitou compreender o Banco Mundial como um ator que articula interesses políticos e econômicos, produzindo consensos e orientando práticas no campo educacional.

O artigo está organizado em duas seções. A primeira trata como, a partir da perspectiva gramsciana, o Banco Mundial, como um intelectual coletivo, ao direcionar e propor linhas mestras para o projeto de educação no Paraná, e a segunda seção contempla o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná e os subcomponentes referentes à educação: Avaliação da Aprendizagem, Formação em Ação e Renova Escola, nos anos de 2013-2019.

2 O BANCO MUNDIAL COMO INDUTOR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

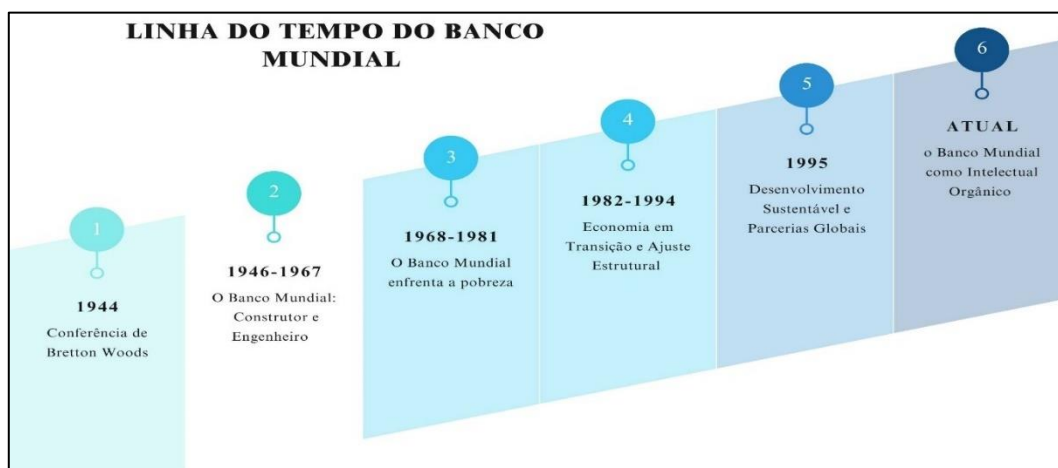
O Banco Mundial foi criado em 1944 e suas ações direcionavam-se à reconstrução da infraestrutura dos países pós Segunda Guerra Mundial (1945). Atualmente, atua na implementação de estratégias para reduzir a pobreza e fomentar prosperidade compartilhada entre os países considerados em desenvolvimento.

A filosofia do BM é descrita em seu site, assim como as principais áreas de desenvolvimento. Além de fornecer auxílio financeiro e assistência técnica, “[...] ajudamos os países a compartilharem e aplicar conhecimento e soluções inovadoras aos desafios que enfrentam” (World Bank Group, 2022). Com 189 países membros, funcionários de mais de 170 países e escritórios em mais de 130 localidades, “o Grupo Banco Mundial é uma parceria global única: cinco instituições trabalhando por soluções sustentáveis que reduzam a pobreza e construam prosperidade compartilhada nos países em desenvolvimento” (World Bank Group, 2022).



Em relação à literatura sobre essa temática, destaca-se Silva (2002), Pereira (2014) e Mari e Grade (2010), que apontam a atuação do Banco Mundial no Brasil, especialmente, a partir dos anos de 1950. Desde 1947, o BM financiou mais de 12.000 projetos de desenvolvimento por meio de empréstimos tradicionais, créditos sem juros e doações. Assim, ainda em seu site, uma linha histórica aponta seu desenvolvimento ao longo dos anos, resumida na Figura 1.

Figura 1: Linha Histórica do Banco Mundial de acordo com seu site (2020)



Fonte: elaborada pelas autoras com dados do Banco Mundial (2020).

Segundo Mari e Grade (2010, p. 149), “ao longo da história, o BM, apresentou-se sob diversas faces”, e a partir dos anos 2000, ideia de Banco Mundial surgiu como instituição de conhecimento, além de ser política e ideológica. A política de crédito do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) à educação se autodenomina cooperação ou assistência técnica, concerne um modelo de empréstimo do tipo convencional, tendo em vista os pesados encargos que acarreta, a rigidez das regras e as condições financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial. Assim, os créditos concedidos à educação são parte de projetos econômicos que integram a dívida externa do país para com instituições bilaterais, multilaterais e bancos privados (Fonseca, 1998).



Pereira (2014) aponta que, historicamente, o BM sempre explorou, ainda que de diferentes formas, a sinergia entre dinheiro, ideias e prescrições políticas para ampliar sua influência e institucionalizar suas pautas em âmbito internacional. Dessa forma, de acordo com Pereira (2014, p. 20), “[...] o BM é um ator político, intelectual e financeiro, devido à sua condição absolutamente singular de prestador, formulador e articulador de políticas”.

É precisamente por meio dessa combinação singular de papéis que o BM opera. Correspondendo a essa linha de pensamento, Gramsci (2014, p. 20-21), sinaliza que:

os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...] Consenso ‘espontâneo’ ‘dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante [...] e coerção estatal, que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’.

Entendemos o Banco Mundial como intelectual coletivo, pois elabora e dissemina conhecimentos, como relatórios e estudos, que legitimam um projeto neoliberal para a educação. Por meio de suas comunicações e publicações, ele influencia questões como globalização, liberalização econômica e políticas sociais, buscando criar consenso em torno dessas ideias. Além disso, ele oferece capacitação e treinamento a técnicos e formuladores de políticas de países em desenvolvimento. Essa atividade educacional tem como objetivo disseminar os princípios e práticas do modelo econômico predominante, formando uma elite intelectual que reproduz e aplica essas noções em seus países de origem. Dessa forma, ele se envolve na construção de uma rede de poder que conecta diversos atores e mecanismos para assegurar hegemonia.

Por consequência, o BM representa os interesses da classe dominante. Essa influência já vem sendo estudada por pesquisadores brasileiros, que apontam como ocorreu sua presença nas políticas educacionais, também analisando o impacto dessas políticas como um país periférico que é o Brasil (Pereira, 2014).



Em sua proposta de se tornar um Banco de conhecimento, aponta diretrizes para os países com os quais mantêm relações financeiras, com o objetivo de melhorar o mecanismo de controle de contas públicas, treinar juízes, formar inspetores fiscais e outras funções públicas, juntamente com mudanças estruturais, como o controle exclusivo.

Desse modo, sobre o consenso, compreende-se o Banco Mundial como incluído na categoria intelectuais, pois de acordo com Gramsci (2002, p. 42), nesse aspecto da relação entre nacional e internacional, “os intelectuais possuem a função de mediar os extremos, de ‘socializar’ descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre soluções extremas”.

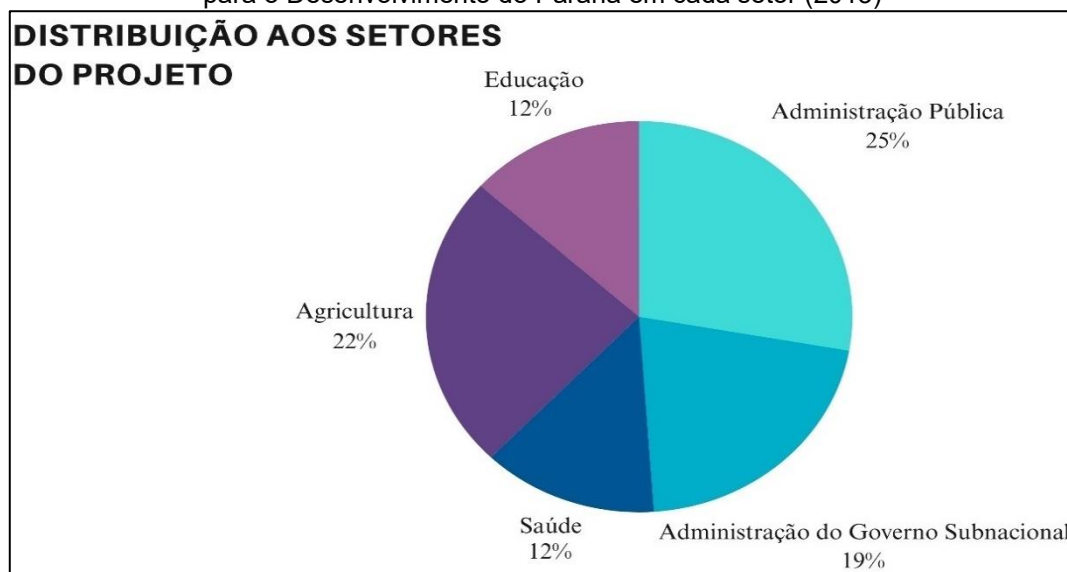
Consideramos que o Banco Mundial atua de forma ampla e direta em diversas frentes, principalmente na educação. Assim, ao investigar a atuação do BM, no Estado do Paraná, o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (PMDP) destacou-se como elemento central da análise.

3 PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA

O PMDP (2012) foi elaborado no Governo do Carlos Alberto Richa (2011-2018) e permaneceu até ao final do primeiro mandato do governador Carlos Roberto Massa Junior (2019-2022), com a finalidade de obtenção de empréstimos no valor de US\$ 713, 24 milhões. Esse montante foi destinado para cada área de acordo com o respectivo interesse em inovação e desenvolvimento, como ilustra o gráfico 1.



Gráfico 1 – Distribuição de US\$ 713,24 milhões, destinados de acordo com o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná em cada setor (2013)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Banco Mundial (2012).

Do montante total, o valor de 12% é dedicado para o setor educacional (Banco Mundial, 2012). Nessa perspectiva foram engajados, em parceria entre o BM e a Secretaria de Educação do Paraná, três programas estratégicos para a área da Educação: Renova Escola, Formação em Ação e Sistema de Avaliação.

O quadro 1 ilustra como as políticas do Banco Mundial chegaram ao Paraná, como foram implementadas por meio do Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, por meio de três programas direcionados à educação, considerando que os valores empregados à educação são os de “consolidação do Estado Neoliberal, quanto na formação de uma estrutura educativa baseada na Teoria do Capital Humano (instrução, treinamento, capacitação técnica, etc.), necessária à manutenção do status quo da geopolítica capitalista mundial” (Amorim; Leite, 2019, p. 40).



Quadro 1 – Condicionalidades entre o Banco Mundial e o Estado do Paraná: Educação Pública – 2013 a 2019



Além do ator político, financeiro e intelectual, à responsabilidade do banco na imposição de políticas homogêneas nos países da região é necessário somar a **corresponsabilidade de políticos, técnicos e intelectuais nacionais que, em muitos casos, atuaram ativamente em sua aceitação e adaptação** (Vior e Cerruti, 2014)



A influência do BM na área da educação no Estado do Paraná, **considerando que as condicionalidades desse organismo internacional, atendidas pela elite nacional**, estão relacionadas à educação para o capital (Iijima e Zanardini 2022).



BM e Paraná = PMDP

Programa de avaliação da aprendizagem- Implementação do sistema de avaliação;

Programa Renova Escola- melhoria nas instalações escolares e equipamentos;

Programa Formação em Ação-Melhoria das qualificações e habilitações dos professores.(Camargo 2018)

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Vior e Cerruti (2014); Iijima e Zanardini (2022) e Camargo (2018).

A seguir, tratamos como Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Junior construíram e continuaram o Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná por meio dos três programas em questão: Renova Escola, Formação em Ação e Sistema de Avaliação.

Avaliação da Aprendizagem é o primeiro programa do Projeto do BM, visto que se configura em um modelo autêntico e próprio de avaliação de proficiência dos Alunos da Rede Pública. O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi criado em 2012 e implementado no mesmo ano, com a finalidade de gerar dados para monitorar a qualidade do ensino e do aprendizado.



A introdução dos relatórios de monitoramento referentes à educação traz a mesma citação: “com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos, os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso” (Paraná, 2014, p. 22). Logo, é importante lembrarmos do trecho de Gramsci, os líderes e as massas (2023, p. 137), em que diz sobre o papel do Estado:

todo o estado é uma ditadura. Nenhum estado pode deixar de ter um governo, constituído por um pequeno número de homens, que por sua vez, se organizam em torno de um homem dotado de maior habilidade, maior clarividência. Enquanto for necessário um Estado, enquanto for historicamente necessário governar os homens, qualquer que seja a classe dominante, surgirá o problema de haver líderes, de haver um “chefe”.

Certamente precisamos verificar de que maneira o Estado visualiza a Educação, pois sabemos que a utilizam a serviço do capital, porque se há uma classe dominante, ela usa o Estado para seus próprios interesses. Assim, no primeiro ano do PMDP, o relatório de monitoramento de 2014 contextualizou o SAEP, que foi criado e implementado em 2012 com o objetivo de fornecer informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Savaris (2022), em seu estudo, explicita que o SAEP demonstra conformidade com as sugestões do BM, priorizando o cumprimento da tarefa complexa de avaliar, que abrange “desafios como enfrentar as desigualdades extra e intraescolares: a pobreza e a violência” (Paraná, 2013, p. 10). A ideia de que a educação tem o poder de resolver problemas, como a pobreza e a violência, é evidente em todos os relatórios do BM.

Dessa maneira, em 2012, a SEED-PR, instituiu o SAEP em colaboração com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da UFJF de Minas Gerais. O objetivo do SAEP era fornecer informações sobre o desenvolvimento



cognitivo dos alunos e “fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade” (Paraná, 2012, p. 10). A justificativa era que o Estado precisava ter acesso a informações de maneira mais rápida, conforme relatado pela Secretaria. O texto não explica qual a concepção da Secretaria de Estado no que diz respeito à qualidade da educação.

Durante 2012-2013, foram realizadas três avaliações em larga escala, nas quais foram aplicadas provas de português e matemática. A primeira ocorreu em novembro de 2012, a segunda em abril de 2013, e a terceira em outubro de 2013. Em 2014, foram atendidas 850 escolas, implementando ações para melhorar o desempenho dos alunos (Paraná, 2014).

Em relação à melhoria da qualidade do ensino, o relatório de acompanhamento do projeto afirma que essa meta é baseada em uma avaliação realizada em 2012-2013. Isso aconteceu porque 500 mil alunos não foram testados em português e matemática em 2014 devido a dificuldades operacionais e orçamentárias. O indicador de pagamento “funcionamento do sistema de avaliação de aprendizagem” (Paraná, 2014, p. 27-28) foi considerado alcançado, tendo a primeira avaliação ocorrido em 2012, período anterior à assinatura do contrato de empréstimo.

De acordo com o relatório de 2015, a avaliação não correu como planejado e esperava-se que o relatório de monitoramento do segundo semestre de 2015 exigia o reagendamento das avaliações de 2016 e 2017, uma das quais deveria ser realizada no final de 2016 e a outra em 2017 (Paraná, 2015). O relatório de monitoramento do primeiro semestre de 2016 observou que nenhuma avaliação foi realizada em 2015, também no primeiro semestre de 2016, devido à greve dos professores e às restrições orçamentárias (Paraná, 2016). Dessa maneira, como ocorreu prorrogação no contrato do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, o documento discutiu a ampliação do número de avaliações.

Assim, o relatório observou que foram acordadas duas avaliações com o BM em 2017, uma deveria ser realizada no início do ano letivo, nos primeiros anos dos iniciais e finais do ensino fundamental e médio primário e secundário, e outra a ser



realizada no final do ano. Também foi acordado que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deveria ser incluída na avaliação (Ensino Fundamental e Médio). Já para os estudantes indígenas, as provas seriam realizadas nas línguas Gaurani e Kaingang (Paraná, 2016).

Em 2017, o relatório do primeiro semestre alegou que as avaliações não foram realizadas por conta da abertura de licitação para o processo de uma nova empresa para a realização das provas. Em decorrência, no relatório do segundo semestre, o documento alegou *fracasso*. Assim, no primeiro semestre de 2017 foi realizado um processo de licitação que resultou em fracasso, tendo em vista que nenhuma empresa concorrente atendeu aos requisitos exigidos no edital. Contudo, em maio de 2017 foi obtida a autorização do Banco para a republicação do edital, tendo sido declarada como vencedora do certame a Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O contrato foi assinado, sendo retomadas as atividades no segundo semestre de 2017 (Paraná, 2017).

No último relatório de monitoramento de 2018, de acordo com o cronograma do segundo contrato entre a SEED e o BM, a quinta edição do SAEP foi realizada no mês de abril de 2018. Nessa ocasião, foram administradas avaliações aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental e Médio, bem como aos estudantes matriculados no EJA nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio. Como resultado, a meta de desempenho estabelecida para o segundo semestre de 2017 foi alcançada. Para os alunos dos povos indígenas, não houve matriz avaliativa, pela dificuldade de encontrar profissionais especializados.

O relatório da versão final, datado em 2020, aborda genericamente ações positivas no sistema de avaliação de aprendizagem. Além disso, foi estabelecido que os resultados das avaliações seriam divulgados não apenas por revistas pedagógicas, mas também por meio do boletim do aluno e online, através do portal da educação. Inicialmente, havia a previsão de quatro edições do SAEP, com aplicação anual das provas de português e matemática. No entanto, com a ampliação do prazo do



programa, a revisão de meio termo aumentou a meta para cinco edições (Paraná, 2020).

Observa-se que, no último relatório, o SAEP está se aproximando do objetivo de avaliar todos os alunos do programa de Educação Básica, mas pouco se explicita sobre a não existência da matriz avaliativa para os estudantes dos povos indígenas. Aqueles que são chamados de beneficiários podem ser compreendidos à luz do que realmente acontece no cotidiano da educação. Após anos de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que se observa é a responsabilização dos professores pelos resultados. Se a nota for adequada, toda a escola é elogiada. No entanto, se o IDEB ficar aquém das expectativas, os professores arcam com as consequências. Para o governo, “o monitoramento do sistema educacional tem um papel estratégico, na medida [em] que possibilita um aporte de informações e pode subsidiar o aperfeiçoamento de programas na promoção de equidade e efetividade” (Paraná, 2012, p. 21).

Compreende-se que o Programa Formação em Ação já estava em processo de implementação pela SEED-PR antes mesmo de ser incluído como um dos Programas de Gastos Elegíveis do Programa Multissetorial. As ações realizadas a partir de 2013 foram reconhecidas na prestação de contas do período anterior à assinatura do contrato de empréstimo. O Programa Formação em Ação visa à capacitação adequada e a formação contínua, “além do desafio de suprir a deficiência de abordagem e competências, seja em relação ao uso de ferramentas de ensino-aprendizagem com a proposta pedagógica de cada disciplina, seja ao uso de novas tecnologias” (Paraná, 2017, p. 46). A iniciativa enfatiza duas principais modalidades de formação: as oficinas e o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), além de incluir web conferências, simpósios e seminários.

O documento, em seus antecedentes, retoma os simpósios realizados em 2005-2006, em Faxinal do Céu, elogiando a iniciativa governamental à época e exemplificando que, apesar de ser positivo e parecido com o atual modelo de formação continuada, a diferença da nova formação está na diversificação de ofertas



de disciplinas curriculares estudadas e pelo fato que, por ser em outra cidade, atingia limites particulares.

As oficinas de formação contínua para professores e técnicos foram distribuídas em 190 polos, com duração total de 8 horas. Dessas, 2 horas são dedicadas à discussão de temas específicos, com o objetivo de estimular a reflexão metodológica e o uso de ferramentas de ensino-aprendizagem entre os professores e especialistas em educação. Os temas das oficinas Formação em Ação focaram nos aspectos legais e sociais essenciais para o processo escolar, baseando-se nas Diretrizes Curriculares e nos Cadernos de Expectativas de Aprendizagem (Paraná, 2014).

O PDE, realizado pela SEED-PR em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, através de Instituições de Ensino Superior Estaduais, seleciona anualmente 2.000 professores que, afastados das funções docentes, realizam cursos e atividades de pesquisa e atualização pedagógica nas modalidades presencial e a distância. A formação do PDE está organizada em três eixos: 1) atividades para promover a integração entre a teoria e a prática; 2) atividades de aprofundamento teórico; e 3) atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico. A oferta de vagas do PDE é proporcional para os professores das disciplinas da grade curricular e das áreas de gestão escolar, pedagogia, educação especial, educação profissional e formação de docentes (Paraná, 2014).

Logo, o PDE é uma política educacional inscrita no Programa Formação em Ação, cujo objetivo é “[...] instituir uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção do conhecimento” (Paraná, 2014. p. 51), amparada pelas Instituições de Ensino Superior e implementada nas escolas de Educação Básica.

No primeiro relatório referente ao Programa Formação em Ação em 2013, foram realizadas oficinas, mas o primeiro relatório de 2014 menciona que nesse ano foram realizados apenas textos e roteiros relacionados às disciplinas da Educação Básica que estão no currículo (Paraná, 2015). No que concerne a essas oficinas, o relatório do segundo semestre de 2014 explica que:



Para o indicador de desembolso “Percentual de professores participando de oficinas para a troca de experiências”, com o objetivo de aproximar o cálculo à realidade da execução, foi proposto e aceito pelo Banco na Missão de março de 2015 um ajuste na base de cálculo. Este procedimento resultou na alteração do protocolo de verificação do cálculo do percentual de participação do número de professores nas oficinas, o qual passa a ter como referência o número de professores ativos nos meses de realização das oficinas, informado pelo Departamento de Recursos Humanos (Paraná, 2014, p. 28).

As metas do PDE¹ foram comprometidas no ano de 2014, levando em consideração a interrupção temporária da parceria com as Instituições de Ensino Superior. O Relatório do segundo semestre de 2015 (Paraná, 2015b) versa que a meta das oficinas no ano foi atingida, mesmo com a greve dos professores. Dessa maneira, a SEED-PR conseguiu justificar o atraso da meta do indicador não atingida.

Em 2016, o PDE ultrapassou a meta estabelecida para a realização de oficinas, ao capacitar 74.742 professores. Além disso, o indicador de desembolso, que mede a porcentagem de professores participando de oficinas para a troca de experiências, também foi excedido. A pauta do relatório foi sobre o “fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores” (Paraná, 2016, p. 44). Assim, a resposta para obter os indicadores necessários durante o processo do projeto multissetorial seria relativa à avaliação das dimensões do PDE, ou seja, se estavam obtendo êxito com o programa.

No ano de 2017, foram oferecidas oficinas abrangendo 28 temas diferentes, com foco especial na avaliação interna e externa. No primeiro semestre, a meta do indicador de desembolso também foi superada, com a capacitação de 54,2% dos docentes. Já no segundo semestre de 2017 foram realizadas 3.148 oficinas, totalizando 5.691 ao longo do ano. Embora a meta de 6.000 oficinas não tenha sido

¹ Programa de desenvolvimento Educacional. Sua implementação ocorreu pelo Decreto nº 4.482 de 2005. O programa foi instituído pela Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004, e regulamentado pela Lei complementar 130, de 14 de julho de 2010, com alterações subordinadas ao projeto financiado pelo Banco Mundial. Considerando que muitos profissionais atuantes no Ensino Médio não tinham possibilidade de ascensão na carreira, o programa tornou-se efetivo a partir de 2007 (Paraná, 2014).



alcançada, o indicador social mostrou que o número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas atingiu 96,2 (Paraná, 2017).

No relatório de 2018, a coordenação de Formação Continuada da SEED optou por oferecer oficinas disciplinares, contemplando todas as disciplinas dos Anos Iniciais, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além das disciplinas profissionalizantes. Foram realizadas 8.531 oficinas, superando a meta prevista para o ano. As expectativas foram ultrapassadas, com a capacitação de 26.792 técnicos e 58.119 professores, em média, por semestre. A meta do indicador social *Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas* foi superada, com a capacitação média de 807 professores por semestre, atingindo 98% dos profissionais que atuam na educação escolar indígena em 2018 (Paraná, 2018).

O relatório da versão final de 2020 abordou considerações positivas. O aumento de profissionais interessados nas oficinas foi de 5.300 para 6.000 a partir de 2016, juntamente com o aumento das metas anuais de professores e técnicos participantes. Além disso, houve aumento da meta prevista para o indicador, pois “foram aumentadas as vagas destinadas ao aprimoramento técnico-pedagógico, passando de um total de 8.400 para 12.400 vagas disponibilizadas (Paraná, 2020).

A complexidade da função intelectual nos diversos estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a *área* escolar e quanto mais numerosos forem os *graus verticais* da escola, tão mais complexo será o mundo cultural e a civilização de um determinado estado (Gramsci, 2022). Assim, o autor sardo elucida que a escola é instrumento para a formação de intelectuais em diferentes níveis, e a complexidade dessa formação é diretamente proporcional à extensão e hierarquização da *área* escolar.

No que diz respeito ao terceiro programa, o Renova Escola, trata-se do complemento mais atrativo para o BM com a parceria do Paraná, afinal, sobrecarregar os professores com avaliações, formações que agregam apenas ideologias de



estímulo e resposta ao item precisa de algo que venha para somar, atrair e *devolver* em estilo os programas complementares.

Esse programa foi desenvolvido com base em três ações principais: expansão e/ou adaptação de espaços escolares; restauração e reparos em edifícios escolares; e compra de equipamentos e mobiliário escolar. Assim, a matéria inicial que trazemos é do dia 27 de agosto de 2013: “no Paraná, alunos terão aula com novas carteiras e mesas”. O texto explica que o montante é a parceria do XX com o governo à época, e o teor da mensagem principal é a fala do secretário Flávio Arns: “nunca, em tão pouco tempo, as escolas estaduais receberam essa quantidade de mobiliário, em menos de dois anos fizemos o que algumas gestões levaram oito anos para fazer”, afirma o secretário (Paraná, online, 2013).

Dessa forma, verificamos que tudo é política, matérias que seriam para estimular os alunos com móveis novos ficam à mercê da *alfinetada* do antigo secretário. Logo, “o processo de compreensão da política é multifacetado, porque sua mudança não é resultado de um único evento: ela se relaciona com o âmbito econômico e cultural, especialmente na formação da hegemonia do grupo dirigente” (Sakata, 2022, p. 74).

Segundo o Monitoramento Operacional do Paraná (MOP) (Paraná, 2014, p. 76), “um ambiente escolar físico adequado, que inclui todas as instalações físicas e recursos materiais necessários para o bom funcionamento da escola, facilita o processo de aprendizagem e é um indicador de qualidade na educação”. Portanto, entende-se que uma escola que não possui infraestrutura adequada tem alta probabilidade de apresentar resultados insatisfatórios em termos de aprendizagem.

De acordo com o relatório apresentado, as metas estabelecidas para o período de 2012 a 2014 foram alcançadas pelo programa Renova Escola. No ano de 2014, foram concluídas as melhorias em 216 estabelecimentos, incluindo ampliações e reformas, com um investimento total de R\$ 32.996.759,00 (Paraná, 2014).



Em relação aos equipamentos e mobiliários, o relatório ressaltou que, no segundo semestre de 2014, 338 escolas foram atendidas, sendo priorizadas aquelas em situação crítica. Assim, explica que receberam

[...] forno, fogão industrial, *freezer*, refrigerador industrial, mesa para biblioteca, arquivo de aço, estante de dupla face, cadeiras para biblioteca, estante em aço, tampo e assento para carteira, carteira especial, banquetas para laboratório, mesa para refeitório e mesa para reunião, utensílios de cozinha e refeitório (Paraná, 2014, p. 29).

Ao final do exercício de 2014, 719 escolas tiveram a obtenção de equipamentos e mobiliários assegurada. Segundo o governo, foram adotadas algumas medidas em relação à execução de obras, uma delas sendo a contratação descentralizada de reparos. Destaca-se que a forma de contratação, anteriormente realizada por carta-serviço, passou a ser feita por meio de pregão eletrônico (Paraná, 2015). O relatório também menciona que, no ano de 2015, 36 escolas foram atendidas, sendo 34 contempladas pelo programa de reparos e duas com obras de ampliação.

Em 2015, o relatório explica que não houve muitos avanços, pois precisaram revisar procedimentos internos da XXX em relação ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e recebimento das obras do Renova Escola, uma função importante. Uma das situações que chamaram atenção foi os problemas detectados pelo Tribunal de Contas, como consta no relatório de monitoramento:

Camargo (2018, p. 71) explica que, na mídia, o Renova Escola teve seu prestígio, mas também repercussão negativa: “em meio a vigência do PMDP e ainda do Programa Renova Escola, [...] a operação Quadro Negro foi aberta em 2015 para investigar desvio de recursos públicos em obras de construção e reforma de escolas do Estado do Paraná”.

Segundo Wolf (2019), “um dos maiores escândalos de corrupção do governo de Beto Richa (PSDB), a Operação Quadro Negro investiga desvio de pelo menos R\$ 20 milhões que deveriam ter sido usados na construção e reformas de escolas



públicas no Paraná”². Assim, o relatório desse período destaca a conclusão do trabalho que expõe as irregularidades relacionadas ao programa. Essas irregularidades foram mencionadas no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado referente ao exercício de 2014, pela comissão de sindicância. Face às recomendações do Tribunal de Contas e do BM, um trabalho foi realizado. Desse modo, as 13 obras foram excluídas da contagem numérica das escolas reformadas e/ou ampliadas, totalizando 328 obras realizadas até o presente relatório (Paraná, 2016, p. 38). Por outro lado, o relatório do segundo semestre indica que foram realizadas, nesse período, 12 obras.

No relatório de monitoramento do primeiro semestre de 2017, o documento não explicitou mais nada sobre o escândalo, afinal, a mídia estava em desfavor do Renova Escola por conta da operação quadro negro. Assim, ao final em agosto de 2017, o Ministério Público pediu a condenação de 21 envolvidos.

Os relatórios de 2018 foram bem sucintos, no que diz respeito ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), destacamos a prioridade ao Programa Renova Escola, deixando de lado os outros programas da instituição. Em relação ao indicador *Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas* resultou em 31 escolas concluídas, com os respectivos Termos de Recebimento, totalizando um acumulado de 418 escolas reformadas e/ou ampliadas. Das 31 obras mencionadas, 09 obras tiveram Termos de Recebimento emitidos no ano de 2017, e foram contempladas com equipamentos e mobiliários mais 8 escolas, ultrapassando o acumulado de 900 escolas, em 145,22% (atendendo um total de 1.307 escolas) (Paraná, 2018). Em outras palavras, apenas concluíram o programa com *êxito*, sem mencionar a operação de desvio de verbas durante sua execução.

No relatório da versão final, consta uma observação de que, em 2016, a abordagem adotada para a fiscalização das obras foi modificada. Em conformidade com as orientações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), Fundepar, procedeu com uma reestruturação na Coordenação de Fiscalização. Um

² A citação foi extraída de uma matéria jornalística publicada no portal G1 (WOLF, 2019).



ajuste também ocorreu nas responsabilidades relacionadas aos engenheiros contratados pela Paraná Educação, que foram substituídos por profissionais da Companhia de 118 Habitação do Paraná (Cohapar) e da Paraná Edificações (PRED). Essa mudança foi possibilitada por meio de termos de cooperação técnica firmados entre as instituições (Paraná, 2020).

4 CONCLUSÕES

No Paraná, a atual política educacional, sob a direção dos dois últimos governos, é marcada pela lógica de gestão empresarial, visto que assume o protagonismo da organização do trabalho pedagógico e da formação continuada de professores. A pedagogia adotada é centrada no empreendedorismo, nas competências e habilidades. Sendo assim, a evidência da influência do BM na política educacional do Paraná diz respeito à disseminação da lógica que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela escola e pelos seus resultados.

Observa-se que, apesar da descontinuidade dos projetos, os princípios que os norteavam – a busca por um padrão específico de qualidade na educação, a eficiência, a eficácia, a atenção aos resultados, a avaliação externa e as estratégias de gestão escolar – permanecem como pilares das estratégias educacionais, em consonância com as diretrizes de organismos internacionais, como o BM.

A influência do Banco Mundial na política educacional paranaense evidencia-se na difusão da lógica que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela instituição escolar e seus resultados. Essa transferência de responsabilidade se manifesta por meio de um discurso que busca constantemente estimular a participação e o engajamento da comunidade e dos profissionais da educação. As políticas educacionais analisadas convergem com as proposições desse organismo internacional notadamente na proposta de implementação da gestão compartilhada nas escolas do Paraná.



Constata-se, portanto, que a influência do BM nas políticas educacionais do Estado do Paraná, nas gestões em foco neste estudo, materializa-se sobretudo na assimilação de concepções e categorias originárias do âmbito empresarial – eficiência, eficácia, qualidade, competitividade, avaliação e prestação de contas –, incorporadas pela educação pública brasileira e paranaense, em especial a partir da década de 1990, e que perduram até o presente momento.

Destaca-se, assim, que a atuação do BM transcende o financiamento de projetos, como o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, alcançando os próprios fundamentos dessas políticas educacionais. Ao incorporar critérios econômicos do campo empresarial, suas verdadeiras intenções alinham-se ao desenvolvimento do capital internacional, distanciando-se daquilo que se compreende como educação de qualidade em sua essência.

REFERENCIAS

AMORIM, F. C. L.; LEITE, M. J. S. A influência do Banco Mundial na educação brasileira: a definição de um ajuste injusto. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 28–41, abr. 2019. DOI: 10.9771/gmed.v11i1.29615. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/29615>. Acesso em: 4 out. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Conheça a história**. [S. /], 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/archive/history>. Acesso em: 4 out. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Documento de Avaliação do Projeto do Empréstimo Proposto no Valor de US\$ 350 Milhões de Dólares para o Estado do Paraná com a Garantia da República Federativa do Brasil**: relatório 67388/BR. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/465531468015594208/pdf/NonAsciiFileName0.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37–69, jan./jun. 1998. DOI: 10.1590/S0102-25551998000100003. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rfe/a/KxJ7Wq3q4q3q4q3q4q3q4q3/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: v. 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: v. 3: Caderno 13 (1932-1934): breves notas sobre a política de Maquiavel. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Os líderes e as massas**: escritos de 1921 a 1926. Seleção e apresentação: Gianni Fresu. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Rita Coutinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARI, C. L.; GRADE, M. Reformas da educação superior: Banco Mundial, conhecimento e consensos ativos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 146–164, jul./dez. 2010. DOI: 10.21491/2177-3548.2010.v1i2.p146-164. Disponível em: <https://revistas.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6314>. Acesso em: 4 out. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Richa assina contrato com o Banco Mundial para investir R\$ 815 milhões**. Curitiba, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/No-Parana-alunos-terao-aulas-com-novas-mesasecarteiras>. Acesso em: 4 maio 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **SAEP – 2012**. v. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Contrato de Empréstimo nº 8201-BR e Contrato de Garantia e Carta de Desembolso do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/ContratoBirdReestruturacao0501216.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Manual Operativo do Projeto – MOP**: v. 4. Curitiba, 2014. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/multissetorial_mop_educacao_2014.pdf. Acesso em: 4 maio 2022.



PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Relatório de Monitoramento (Acordo de Empréstimo nº 8201 – BR)**. Curitiba, 2014–2018. Disponível em: <http://www.planejamento.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; BANCO MUNDIAL. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: relatório final. Curitiba, 2020. Disponível em: https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-09/relatorio_final_02-04-2020.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

PEREIRA, J. M. M. As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 77–100, jan./mar. 2014. DOI: 10.1590/S1413-24782014000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DNCw4R9P9P9P9P9P9P9P9P9/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2024.

SAKATA, K. L. S. **Análise da atuação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) na gestão educacional municipal no Brasil**. 2022. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/75000>. Acesso em: 4 out. 2024.

SAVARIS, S. B. **Os impactos da Prova Paraná em escolas das redes municipal e estadual de Educação Básica**. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6000>. Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, M. A.; PIMENTA, A. M. Banco Mundial e OCDE como profetas de internacionalização da Educação Básica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-70561. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70561>. Acesso em: 30 set. 2024.

VIOR, S.; CERRUTI, M. B. O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980–2012). In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980–2013). Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 113–151.



WOLF, C. Entenda: Operação Quadro Negro investiga desvio de dinheiro de obras de escolas no Paraná. **G1**, Curitiba, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/19/entenda-operacao-quadro-negro-investiga-desvio-de-dinheiro-de-obras-de-escolas-no-parana.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2024.

Recebido em: 16-10-2024

Aceito em: 26-06-2025

